

# INTRODUÇÃO

*Dawisson Belém Lopes  
Bárbara Malveira Orfanò  
Aziz Tuffi Saliba*

A Ásia na sua porção mais oriental, que se conecta com a Oceania por meio do oceano Pacífico, é o objeto desta coletânea. Distintas entre si são as sub-regiões compreendidas pelo recorte geográfico: do Nordeste Asiático – China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Japão, Mongólia e o extremo leste da Rússia – ao Sudeste Asiático – Brunei, Cambodja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Cingapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã –, abraçando ainda a Austrália, a Nova Zelândia e as muitas pequenas ilhas soberanas do Pacífico Sul – Ilhas Cook, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Nauru, Niue, Palau, Papua-Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu. Trata-se, por um lado, de um espaço absolutamente heterogêneo em sua constituição, composição, geografia, história e cultura; por outro, aparenta tão convergente em aspectos que, porquanto conversíveis em atributos de poder, quando em conjunção, levam a Ásia-Pacífico a uma posição relacional invejável no concerto das nações (BEESON; STUBBS, 2012; BEESON, 2014; HE, 2017).

## O Orientalismo nosso de cada dia

O acadêmico palestino Edward Said, pensador consagrado no Ocidente, é dono de uma das teses mais impactantes no trato com a questão histórica do imperialismo europeu. Em poucas linhas, Said enxerga no “Orientalismo” um produto dos ideais e pontos de vista do Atlântico Norte para justificar e legitimar as investidas ideológicas e militares em Estados situados além-Moscou. O “Orientalismo Latente” confere ao Oriente características tais como a tendência ao despotismo, a mentalidade aberrante, a prevalência do sensorial sobre o racional, os hábitos de imprecisão, o atraso. Tais proposições, racistas, imperialistas e etnocêntricas, podem ser encontradas em escritos de Marx, Flaubert, Nerval, Lane, Renan ou Gobineau. O Orientalismo Latente toma emprestados os seus fundamentos das distorções do determinismo biológico – primeiro em Darwin, depois nos geopolíticos e geógrafos, para enfim contaminar políticos e sociólogos (SAID, 1978).

Da latência, passa-se à ação. O segundo estágio histórico do Orientalismo, Said o batiza de “Orientalismo Manifesto”. Consoante a percepção europeia de que o Oriente era um espaço geográfico a ser cultivado e protegido, resguardado de invasores e explorado tanto quanto possível, emergiu a necessidade de que tal porção do globo fosse *administrada*, em termos econômicos e militares. Na interação entre franceses, ingleses e orientais, o Orientalismo veio violentamente à tona. À medida que os ocidentais passaram a “explicar” aos orientais (ao asiático, sobretudo) as suas próprias características, inculcando-lhes crenças, conceitos, visões de mundo, com o intuito de dobrar a resistência, ter-se-ia forjado o substrato normativo indispensável para o domínio europeu. Para muitos pensadores, essa dinâmica foi responsável pelo déficit de desenvolvimento dos países do continente asiático até, pelo menos, a segunda metade

do século XX (SAID, 1978). Seja como for, é razoável supor que o Orientalismo tenha sido importante para a formação de uma autopercepção, por parte dos orientais, de diferenças irreconciliáveis e de defasagens insuperáveis em relação ao Ocidente. Na prática, por várias gerações, o constructo serviu a propósitos políticos nefastos: a perpetuação de ditadores no poder; o hiato tecnológico; a letargia patriótica; a periferação dos asiáticos em relação ao capitalismo global. Isso prevaleceu até que irrompesse o processo de descolonização afroasiática.

Nada obstante, considerar, nos dias correntes, o bloco continental asiático (e seus vários subsistemas integrados e sobrepostos: Oriente Médio, Ásia Central, Indostão, Extremo Oriente, Sudeste Asiático) como um polo desconexo e subalterno na sociedade internacional soa como heresia. A fantástica retomada asiática é recente,<sup>1</sup> datando o seu pontapé inicial da reconstrução japonesa pós-Segunda Guerra. Vale a pena compendiar alguns dos fatores que nos levam a sustentar a tese da irrefreável marcha asiática rumo ao protagonismo mundial. Tomemos, inicialmente, os fatores econômicos e tecnológicos. Nesse quesito, as economias do Extremo Oriente e Sudeste Asiático parecem levar vantagem sobre países do Atlântico Norte, vez que integram um pujante bloco econômico “aberto” da região. As redes produtivas articuladas associam-se às políticas públicas de investimentos industriais, tecnológicos e científicos, resultando em vantagens competitivas no comércio internacional de bens intensivos em capital e conhecimento. Para se ter uma noção, China (2º), Japão (3º) e Coreia do Sul (6º) estão entre os 10 maiores investidores em Pesquisa e Desenvolvimento do mundo (STATISTA, 2020). Cingapura, Hong Kong e Japão figuram no topo das listas de economias mais competitivas do mundo

---

<sup>1</sup> A expressão “retomada” talvez seja a mais adequada para tratar desta fase da História humana, dada a centralidade de que algumas civilizações asiáticas estiveram investidas até o início da Era Moderna (séculos XV e XVI).

(WORLD ECONOMIC FORUM, 2019). China, Vietnã, Cingapura e Malásia estão entre as economias que mais cresceram nas últimas décadas. Japão, Coreia do Sul, China, Cingapura, Malásia, Hong Kong, Taiwan e as Filipinas encontram-se entre os maiores superavitários em conta de transações correntes do mundo. A Ásia-Pacífico é, sem margem à dúvida, a região mais dinâmica da (frágil) economia global.

A fórmula do sucesso é bem conhecida. O Japão e a Coreia do Sul eram atrasados no quesito educação na década de 1950 – quando menos de 10% de suas respectivas populações tinham acesso ao ensino superior –, mas implementaram de maneira espetacular um plano ambicioso com o objetivo de fazer com que seus cidadãos se matriculassem em cursos de ensino superior. O resultado dessas iniciativas, implementadas no início dos anos de 1960, foi impressionante: em 1990, enquanto cerca de 42% de todos os cidadãos japoneses estavam fazendo cursos e obtendo seus diplomas universitários, cerca de metade da população sul-coreana estava sendo (ou tinha sido) escolarizada em nível superior. Foi um movimento revolucionário sob todos os aspectos. Sem surpresa, as mudanças educacionais nos tempos atuais vêm, sobretudo, da China. As universidades chinesas de elite – como Peking, Tsinghua, Fudan e Jiao Tong, para citar apenas algumas – podem reivindicar pertença a um clube muito exclusivo, já que estão classificadas entre as 100 melhores do mundo. O orçamento do ensino superior está crescendo e em breve representará 2% do PIB anual chinês (BELÉM LOPES, 2017).

De acordo com a revista *Nature*, a China ultrapassou os Estados Unidos em número de artigos publicados num dos principais bancos de dados científicos do mundo (o Scopus, da empresa Elsevier). Embora, em média, as publicações chinesas não sejam tão influentes quanto os estudos norte-americanos e europeus, elas ajudam a definir tendências para muitas disciplinas e podem

levar o mundo ocidental a um diálogo entre pares que, de outra forma, não estaria acontecendo. Como mostram dados recentes, houve um aumento acentuado de 37% no número de citações de autores vinculados a instituições da China nos artigos acadêmicos publicados nos últimos cinco anos. Isso serve como um indicador diagnóstico e de predição sobre quem agora está investindo maciçamente em conhecimento e irá, com muita probabilidade, colher o fruto desse investimento no futuro (BELÉM LOPES, 2018).<sup>2</sup>

O impulso consistente para posicionar o país de maneiras mais favoráveis dentro dos mapas acadêmicos e educacionais globais também se manifesta nos fluxos de entrada e saída de estudantes. Enquanto quase um terço de todos os emigrados educacionais chineses deixam o país para estudar nos Estados Unidos (cerca de 250 mil a cada ano), a própria China está se tornando um destino atraente para alunos, especialmente os que vêm do Sul e Sudeste da Ásia. Os esforços de integração da China aos movimentos migratórios globais na educação levaram o país ao sexto lugar no “QS 2017 World University Rankings”, considerando-se o desempenho geral do ensino superior. Outra dimensão interessante diz respeito à política agressiva da China para aprendizado da língua inglesa. Vários anos atrás, foi sugerido por um relatório da Cambridge University Press que a China tinha 350 milhões de alunos de língua inglesa, superando não apenas a Índia, senão também os Estados Unidos (que têm uma população total de cerca de 330 milhões de cidadãos). A China continua, visivelmente, sendo um país onde o inglês não é amplamente falado. Há boas razões históricas, bem como linguísticas, para explicar essa deficiência relativa, mas não se deve duvidar da determinação de Pequim de alterar esse estado de coisas em uma ou duas décadas (BELÉM LOPES, 2018).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Ver o Capítulo 8 desta coletânea.

<sup>3</sup> Ver o Capítulo 7 desta coletânea.

Ideias como a “diplomacia do panda”, os “direitos humanos como harmonia social” e a Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*) – que se provou útil para impulsionar tanto o poder brando quanto o duro da China (FANG; NOLAN, 2019) – são produtos de engenharia política e marketing. Contaram, certamente, com metodologia de ciência social de ponta e pesquisas de opinião pública em grande escala para ganhar vida. Além disso, a abordagem chinesa do conhecimento já está dando frutos em se tratando de política externa. Uma coleção de tópicos cognitivamente sofisticados e até futuristas, como a exploração e o uso do espaço sideral, a demografia global e a análise de Big Data, a tecnologia da informação e conectividade, a cibersegurança e a espionagem, a sustentabilidade e a gestão de risco, as energias renováveis e a governança de energia, a economia financeira, a robótica e a inteligência artificial, os novos materiais, a física quântica e a guerra, e assim por diante, tornaram-se o pão com manteiga dos diplomatas de carreira chineses, atendendo, assim, às necessidades presentes e futuras mais urgentes do país.

A beleza desse impulso educacional está na maneira como os asiáticos absorvem o conhecimento de ponta dos bastiões acadêmicos ocidentais – as chamadas instituições da Ivy League, nos Estados Unidos, e as melhores universidades europeias, que recebem milhares e milhares de estudantes indianos, coreanos e chineses anualmente – e adaptam os conteúdos para suas realidades nacionais/regionais. Uma tendência de captar seletivamente técnicas e informações para um determinado propósito, mas sem abrir mão dos condicionamentos locais e dos vieses culturais. Basta observar como os *think tanks*, uma invenção ocidental típica, floresceram na China e foram associados aos desígnios do Partido Comunista – e se perceberá a extensão e a profundidade desse fenômeno contemporâneo.

## Rumo à *glasnost* oriental?

No início de 2017, Xi Jinping fez um célebre discurso no Fórum Econômico Mundial na Suíça, que ganhou as manchetes e gerou muita polêmica, sendo interpretado como uma ode à globalização econômica. O argumento de Xi em prol do livre comércio ressoou como música aos ouvidos dos ocidentais da velha guarda, seja na América do Norte, seja na Europa. Como consequência, muitos meios de comunicação globais perguntaram-se: A China está se tornando liberal?

É mais provável que não. Os cientistas políticos norte-americanos Peter Katzenstein e Nicole Weygandt fornecem uma hipótese perspicaz: embora a cosmovisão chinesa seja frequentemente associada à *Tianxia* – conceito segundo o qual a China desfruta de centralidade no universo –, o pensamento utilitário estadunidense é hegemônico na estruturação das interações internacionais. A desregulamentação financeira e do comércio foi aprofundada pelo crescente reconhecimento ocidental do renminbi chinês como moeda confiável e globalmente negociável. China, Japão e Coreia do Sul organizaram suas próprias indústrias de alta tecnologia para se beneficiar ao máximo das cadeias de valor globalizadas. Em comparação com as empresas americanas e europeias, os negócios asiáticos são muito mais verticalizados e fechados nas relações com fornecedores mundiais, comprando geralmente mais matérias-primas e peças manufaturadas de produtores locais do que os estrangeiros o fazem – e aplicando, assim, uma espécie de viés protecionista. Uma rápida aproximação entre os ciclos industriais de dois gigantes da eletrônica, Apple e Samsung, esclarece o ponto. Confúcio pode reconciliar-se com Ronald McDonald, mas tal encontro intercivilizacional é tático e contingente, não transcendental e transformador (BELEM LOPES, 2017).

Embora fatores culturais e religiosos possam dificultar e impedir que as mulheres ingressem no mercado de trabalho em pé de igualdade com os homens – uma vez que ainda estão sob forte pressão social para desempenhar papéis femininos tradicionais –, o crescente influxo de trabalhadoras domésticas (para não mencionar as trabalhadoras do sexo) dos mais pobres países do Sudeste Asiático – principalmente Tailândia e Vietnã – ajuda a libertar as mulheres das classes média e alta na Ásia-Pacífico das atividades estritamente relacionadas com o trabalho doméstico e a criação dos filhos. Existe, hoje, uma acentuada preocupação com os prejuízos que essas novas realidades nas economias asiáticas de orientação liberal trarão ao tecido social. Nesse sentido específico, a Ásia permanece mais ou menos onde sempre estivera – atada a suas fundações axiológicas (BELÉM LOPES, 2017).

Ainda que timidamente, porém, já se pode observar uma onda de reforma institucional em vários Estados asiáticos. Não que desconsideremos, no escopo de nossa análise, as teocracias repressoras, algumas tiranias castradoras de direitos humanos e as lideranças do tipo “dividir para reinar”, incitadoras de conflitos étnicos ou tribais, dispersas ao largo da região. De modo algum. Contudo, inovações podem ser reportadas. Hong Kong e Cingapura, por exemplo, são consideradas duas das economias mais abertas (ou seja, menos sujeitas a intervenções do Estado) do planeta, de acordo com indicadores da americana Heritage Foundation (2020). A recente “abertura” desses governos, localizados mais a leste, ajuda a explicar o crescimento econômico vertiginoso verificado a partir dos anos de 1960. Ditaduras sempiternas começam a despencar, tal como ocorreu a Suharto, na Indonésia. Os acenos à maior transparência chegam a atingir até mesmo a China. A ideia de democracia representativa e capitalismo liberal unindo-se inseparavelmente está enraizada em lugares como Taiwan e Hong Kong.

## A Ásia-Pacífico e seus desafios contemporâneos

Para os habitantes da Ásia-Pacífico que viveram a segunda metade do século XX, estar sob a tutela dos Estados Unidos era um mero fato da vida. Como grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial e gestores de quase todas as maiores instituições internacionais – ONU, FMI, Banco Mundial, GATT, OTAN etc. –, os norte-americanos transformaram o resto do mundo de maneira profunda e, naturalmente, em absoluta consonância com seus valores e propósitos. Agora, a mudança está em curso. O absentismo global de Washington nos últimos tempos emite um convite para Pequim assumir as vagas de tesoureiro e patrulheiro na região.<sup>4</sup> Tóquio segue como peça importante do xadrez geoestratégico<sup>5</sup> e, juntamente com Seul e Camberra,<sup>6</sup> compõe o time de potências médias filo-ocidentais. Países como Indonésia, Filipinas, Malásia, Tailândia, Cingapura e Brunei são apontados como contribuintes para a manutenção da paz e do equilíbrio no Sudeste – em relativo prejuízo das potências extrarregionais, historicamente presentes e determinantes.

Soluções locais vão se estabelecendo mais e mais. Na área da saúde, por exemplo, a China, maior país em desenvolvimento do mundo, fixou como meta a “saúde para todos”. Desde a fundação da República Popular, há mais de sete décadas, os níveis nacionais de saúde melhoraram significativamente e a cobertura universal do seguro médico foi alcançada. O sistema de serviços de saúde e as capacidades institucionais aperfeiçoaram-se. As capacidades básicas dos serviços de saúde pública e de prevenção e controle de doenças estão evoluindo gradualmente. Depois de uma nova rodada de reformas ter sido iniciada em 2009, a China deu passos para assegurar serviços de saúde acessíveis para o seu povo.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> Ver o Capítulo 11 desta coletânea.

<sup>5</sup> Ver o Capítulo 9 desta coletânea.

<sup>6</sup> Ver o Capítulo 10 desta coletânea.

<sup>7</sup> Ver o Capítulo 4 desta coletânea.

Do ponto de vista ambiental, o Partido Comunista Chinês também assume protagonismo, com iniciativas de impacto amplo. Uma delas é a noção de “ecocivilização”, uma resposta política aos problemas trazidos pela modernização acelerada.<sup>8</sup> Afinal, suas emissões de carbono excederam o nível global *per capita*. Problemas como a constante neblina de fumaça (*smog*), a erosão do solo, a desertificação, a redução da biodiversidade e a poluição do solo tornaram-se fatores de restrição para a industrialização do país. A degradação do ecossistema, com prejuízos palpáveis para florestas, pântanos, desertos, oceanos e pastagens, tornou-se a ameaça mais significativa ao desenvolvimento sustentável de longo prazo. Num Estado que concentra 19% da população mundial, a desconsideração dessas variáveis trará efeitos colaterais para toda a humanidade, causando apreensão e ansiedade entre os países em desenvolvimento.

A população local deve ser a principal destinatária dos benefícios do território e dos seus recursos, tanto materiais quanto imateriais. É por isso que a dimensão social da sustentabilidade merece atenção especial. O enredo tão intrincado do desenvolvimento sustentável impõe a teóricos e profissionais a tarefa de encontrar uma abordagem sistêmica e multidimensional, que possa ser transformada em prática real, na lida com o meio ambiente. Destacam-se nesta coletânea os casos do bambu, gramínea cuja versatilidade tem garantido, ao longo de séculos, utilização ampla e plurifinalística, tanto na China quanto no Brasil;<sup>9</sup> e de uma iniciativa russa, na Península de Kamchatka, extremo oriente asiático, quase fronteira com a Coreia, na qual profissionais com formações variadas – em geografia física e social, administração pública, sociologia, proteção ambiental e turismo – uniram esforços para encontrar a melhor forma de desenvolvimento

---

<sup>8</sup> Ver o Capítulo 1 desta coletânea.

<sup>9</sup> Ver o Capítulo 3 desta coletânea.

sustentável, inspirados por ideias de proteção do meio e preservação dos interesses da comunidade local.<sup>10</sup>

Outro desafio fundamental a equacionar é a transição das sociedades agrárias asiáticas, com raízes milenares, feudais e dinásticas, para uma configuração majoritariamente urbana. O caso chinês, novamente, é muito representativo.<sup>11</sup> Impulsionada pelas reformas pós-1978, a República Popular terá, até 2030, 1 bilhão de seus cidadãos (isto é, 65% da sua população total estimada) a ocupar as redes de cidades. Por trás dessa ascensão da urbanidade, há um óbvio gargalo arquitetônico e um movimento frenético entre os projetistas do tecido urbano chinês para unir o passado ao futuro. Como preservar a arquitetura de um antigo prédio transformando-o em uma moderna livraria? Como conciliar os arredores da megalópole com os espaços intimistas de uma sala de refeições? Como manter um museu urbano à beira do rio? Estes são quebra-cabeças para quem se ocupa da economia e da ecologia das cidades do amanhã.

No campo dos direitos humanos, um problema recorrente na região concerne ao respeito dos direitos civis. O caso tailandês chama a atenção: enquanto a Constituição garante a liberdade de expressão, a imprensa se encontra sitiada. A Tailândia juntou-se a um número de países do Sudeste Asiático nos quais a liberdade da imprensa tem sido comprometida por uma soma de fatores, em sua maioria relacionados à concentração de poder no Estado. O retorno do autoritarismo em muitos lugares do Sudeste Asiático tem despertado preocupação e os ataques contra os meios de comunicação têm se normalizado. Presença de militares no gabinete presidencial, uso de mídias sociais para promover polarização política e constituição de máquinas oficiais de *fake news* são tópicos a suscitar inquietação naquela parte do mundo.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Ver o Capítulo 2 desta coletânea.

<sup>11</sup> Ver o Capítulo 6 desta coletânea.

<sup>12</sup> Ver o Capítulo 5 desta coletânea.

Em suma, uma nova Ásia aparenta estar em edificação, calçada faticamente nos impressionantes índices tecnoeconômicos do Leste e do Sudeste, no incremento do poderio militar e estratégico dos países banhados pelo Pacífico, e na superação de traumas coloniais e crenças obstaculizadoras. O deslocamento do centro de gravidade mundial na direção leste traz implicações do maior relevo, reconfigurando a geometria de poder e urgindo maior representatividade e peso asiáticos nas organizações internacionais multilaterais e nos foros decisórios globais (VALENTE; BELÉM LOPES; OLIVEIRA, 2019). Este será, com toda certeza, o mundo em que viverão os nossos filhos e netos.

## Referências

- BEESON, M. *Regionalism and Globalization in East Asia*. London: Palgrave, 2014.
- BEESON, M.; STUBBS, R. (org.). *Routledge Handbook of Asian Regionalism*. New York: Routledge, 2012.
- BELÉM LOPES, D. Asia's Exceptional Neoliberalism. *The Diplomat*, 7 Aug. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/08/asias-exceptional-neoliberalism/>. Acesso em: 25 set. 2020.
- BELÉM LOPES, D. China and the Geopolitics of Knowledge: Winning the Long Game. *The Diplomat*, 27 Feb. 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/02/china-and-the-geopolitics-of-knowledge-winning-the-long-game/>. Acesso em: 25 set. 2020.
- FANG, C.; NOLAN, P. (org.). *Routledge Handbook of the Belt and Road*. New York: Routledge, 2019.
- HE, B. *Contested Ideas of Regionalism in Asia*. New York: Routledge, 2017.
- HERITAGE FOUNDATION. *2020 Index of Economic Freedom*. 2020. Disponível em: <https://www.heritage.org/index/>. Acesso em: 25 set. 2020.
- SAID, E. W. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978.
- STATISTA. *Research and Development (R&D) Worldwide*. 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/study/70627/research-and-development-worldwide/>. Acesso em: 25 set. 2020.

VALENTE, M.; BELÉM LOPES, D.; OLIVEIRA, J. Does the Appointment of Secretaries-General to Lead Global Bureaucracies Correlate with International Power Sharing? A Longitudinal Assessment Based on Empirical Evidence from 1945 to 2016. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 62, p. 1-32, 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Competitiveness Report 2019: How to End a Lost Decade of Productivity Growth*. 2019. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/how-to-end-a-decade-of-lost-productivity-growth>. Acesso em: 25 set. 2020.